

# Acta nº 86

Pelas vinte e uma horas do dia vinte e um de Janeiro de dois mil e vinte e seis, no Auditório Municipal, sito na Rua do Castelo, 6201-990 Covilhã, reuniu em segunda convocatória, a Assembleia Geral Extraordinária do Sporting Clube da Covilhã, ao abrigo Artº 44, nº1 e 2 dos Estatutos, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Período antes da ordem do dia, nos termos estatutários;

Período da ordem do dia, ponto único:

1. Eleição de uma Comissão Administrativa, na sequência da cessação antecipada do mandato dos Órgãos Sociais, nos termos e para os efeitos previstos nos Estatutos.

A Mesa foi constituída pelo Presidente em exercício, João Carlos Silva Campos, pela 1ª Secretária Daniela Fonseca Fernandes, pelo 2º Secretário Júlio Manuel Pereira Jesus e pelo 2º Vice-Secretário Eduardo Manuel Costa Prata.

Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral em exercício, Senhor João Carlos Campos cumprimentou todos os presentes, solicitando à Secretária para que lesse a convocatória.

Após a leitura da mesma, o Senhor Presidente da Mesa em Exercício tomou da palavra aludindo que antes da ordem de trabalhos, iria ser lida a Acta da última Assembleia Geral, e que a votação iria ser feita num formato diferente, sendo aprovada assunto a assunto.

De seguida, a Primeira Secretária, Doutora Daniela Fernandes iniciou a leitura da Acta. Após a leitura do ponto 1 e ponto 2 da mesma, e de acordo com o informado pelo Senhor Presidente da Mesa em exercício, foi colocado à votação.

No entanto, apesar da situação não se encontrar prevista, foi solicitada a palavra pelo Associado Professor António Vicente, que questionou a Mesa qual o objeto de votação, se era a Acta na sua integridade ou apenas os pontos lidos.

Em resposta, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral em exercício referiu que tinha dado essa informação inicialmente, e que a Acta estaria a ser votada assunto a assunto.

Usou novamente da palavra o Associado Professor António Vicente, indicando que não concordava pois um Acta deveria ser sempre votada no seu todo. Referiu ainda que em todas as Associações, as Actas eram aprovadas na totalidade, podendo posteriormente concordar ou não, ou até alterar. Alegou que não sendo jurista, mas o que tinha conhecimento até do Código Civil, as Actas devem ser aprovadas na integridade.

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral em exercício afirmou que estava a dirigir a Assembleia para ser uma solução e que poderia colocar à consideração da Assembleia.

Usou da palavra o Associado Senhor Fausto Baptista que cumprimentou todos os presentes. Aludiu que na própria Assembleia houve a aprovação ponto a ponto, pelo que atualmente a Acta devia ser votada na totalidade.

Em seguida, a Secretária da Mesa da Assembleia Geral continuou na leitura da Acta na sua integra.

Após conclusão da leitura da Acta, foi dada a palavra ao Associado Senhor Paulo Rosa que cumprimentou todos os presentes. Afirmou que contrariamente ao que tinha sido dito, é possível aprovar a Acta por pontos.

Referiu que quer votar a Acta a favor, no entanto se não for aprovada por pontos teria de votar contra, pois não concordava com um ponto, e caso fosse votada na globalidade teria que votar contra, votando assim contra a aprovação das contas.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral em exercício, referindo que estavam duas situações contraditórias, pelo que iria colocar à consideração da Assembleia, pois ele também não estava em

condições de afirmar uma certeza de qual a forma correta. Aludiu ainda que no início da Assembleia tinha partilhado a informação de que a votação da Acta seria ponto por ponto e que nenhum Associado se tinha manifestado.

Continuou a sua intervenção dizendo que a Assembleia é democrática e que todos os que desejam iriam falar, e que estava ali para ser solução. Disse ainda que era necessária união e que a reunião magna servia para salvar o Clube, pois a situação em que o mesmo se encontra é má e que se todos dessem a sua opinião, seria uma situação complicada para ele.

Usou da palavra o Senhor Presidente do Conselho Fiscal e Disciplinar, Doutor Carlos Mineiro que cumprimentou todos os presentes. Referiu que estava no uso da palavra para clarificar a situação e que como era de conhecimento geral, a suscetibilidade dos factos ocorridos na última Assembleia Geral é evidente mas que existiam algumas questões pertinentes que deviam ser esclarecidos. Sendo um dos primeiros pontos a aprovação das contas, era fundamental o texto acerca ser aprovado, pois estávamos a incorrer no risco de as contas não ficarem definitivamente aprovadas, pois apesar de terem sido aprovadas em Conselho de Administração, neste caso a Direção, não estavam aprovadas pela Assembleia Geral. Caso a não aprovação acontecesse, as mesmas não poderiam ser enviadas para a Federação Portuguesa de Futebol, e isso incorreria numa penalização para o Clube e até para outros órgãos fiscalizadores.

Terminou a sua intervenção solicitando ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral em exercício que colocasse à consideração da Assembleia, esperando ter contribuído para o esclarecimento e que seria muito importante a aprovação do ponto.

Usou da palavra o Associado Senhor José Moita, que cumprimentou todos os presentes e agradeceu a oportunidade de dar a sua opinião. Aludiu que a Acta como está elaborada, caso fosse colocada à votação na sua globalidade seria reprovada, indicando que via como solução a Acta ser feita ponto por ponto, e assim cada ponto ser aprovado separadamente.

Foi dada a palavra ao Associado Doutor Carlos Casteleiro, que cumprimentou todos os presentes e agradeceu a presença de todos, e que considerava essa situação altamente positiva, sendo qual fosse a opinião dos Associados. Continuou no uso da palavra para elogiar a forma pormenorizada e discriminada como a Acta tinha sido elaborada, endereçando os parabéns, pois era fundamental esse facto.

Continuou no uso da palavra, dizendo que apesar das divergências na forma de aprovação da Acta, o Presidente da Mesa em exercício tinha sido muito claro no início e que ninguém se tinha pronunciado, afirmando que via como solução aprovar a Acta ponto por ponto. Referiu que entendia a opinião de todos os Associados que tinham intervindo, mas que todos tínhamos algo em comum, a amizade pelo Sporting Clube da Covilhã. Referiu que o Sporting Clube da Covilhã, e que éramos todos sem distinção, estava em falência técnica e que em termos desportivos estávamos muito mal.

Foi encontrada uma solução, entre os Órgãos Sociais e alguns Sócios e que não podia legitimar uma pessoa que estaria ilegal, pelo que entendia a votação ponto por ponto, defendendo que a legalidade devia ser posta e caso fosse votada na globalidade, muitos sócios não concordam com o último ponto e na realidade o que realmente interessa a viabilidade do Sporting Clube da Covilhã.

Usou da palavra o Associado Senhor José António Pinho, que cumprimentou todos os presentes. Referiu que tal como o Presidente do Conselho Fiscal e Disciplinar tinha indicado, era imperioso que as contas do exercício anterior fossem aprovadas. Em relação ao último ponto, apesar de não ter estado presente, leu na comunicação social e que o Senhor Joel Vital não tinha sido cooptado, por a votação não tinha sido realizada de forma correta. Afirmou que uma solução poderia ser a retirada do ponto, e que a restante acta seria aprovada por unanimidade e quem não tinha estado na Assembleia se abstinha.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral em exercício, indicando que o que se encontrava transcrito na Acta era o que tinha ocorrido na Assembleia Geral e por isso iria seguir a sugestão do Associado Senhor José Moita e aprovar a Acta ponto por ponto.

Voltou a usar da palavra o Associado Senhor José António Pinho referindo que o mal era quando se votava na ilegalidade, e esteve mais de 20 anos nos órgãos Sociais e é tradição a Acta ser votada na totalidade, pedindo

para as ações serem legais e que na última Assembleia não houve competência, senão nesse caso a Acta seria aprovada em minuta.

Em resposta, o Senhor João Carlos Campos referiu que estávamos perante duas situações legais e que seria ele quem decidiria, e que não iria entrar em diálogo, pois isso só criaria atrasos.

Terminou a sua intervenção agradecendo as intervenções de todos os Associados, voltando a afirmar que iria colocar à votação a acta ponto por ponto.

Foi dada a palavra ao Associado Professor Vicente, referindo que o objetivo de todos é que o Clube saia da situação em que se encontra o mais rápido possível. Aludiu ainda que o ponto que causa discórdia neste momento acabava por ser inútil, pois para ter alguma validade teria de ser aprovado em minuta de Acta naquele dia.

Sugeri que na Acta existisse a reformulação do ponto, dizendo que uma solução seria colocar que se apuraram x votos contra, mas que não tinha sido possível apurar os votos a favor e as abstenções, tendo-se dada por encerrada a sessão.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral em exercício, referindo que se toda a Assembleia fosse de acordo, iria avançar então nesse sentido, reformulando-se o texto referente à votação do ponto 6.

Em seguida, usou da palavra a Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Geral, Doutora Daniela Fernandes, que cumprimentou todos os presentes. Iniciou a sua intervenção agradecendo a todos os Associados que ao longo do tempo que exerceu funções no Sporting Clube da Covilhã, e por todas as opiniões e críticas construtivas, contribuindo para uma melhor aprendizagem. Questionou o Professor António Vicente sobre a solução que tinha dado, e se a correção seria feita na Acta lida anteriormente.

Em reposta, o Associado Professor Vicente indicou que a sua sugestão é que a alteração fosse imediatamente incorporada e que a Acta fosse votada já com a alteração, pois tinha sido o que tinha ocorrido na reunião e que todos estávamos de acordo.

Posteriormente, a Primeira Secretária leu a reformulação do texto “Em seguida, foi realizada a votação do ponto 6 “Deliberar sobre a cooptação e indigitação do Vice Presidente da Direção, Joel Vital, para o cargo de Presidente, conforme dispõe o nº2 do artº 53º dos Estatutos”. Foram apurados 58 votos contra, tendo existido posteriormente algumas interpelações à mesa, não sendo possível apurar os votos a favor e as abstenções, não tendo existido a cooptação. Sendo assim, foi dada a Sessão como encerrada pelas zero horas e dois minutos do dia vinte e um de novembro de 2025 da qual se lavrou a presente acta que vai no fim ser assinada pelos Membros da Mesa que nela estiveram presentes.

Após a leitura, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral em exercício colocou a Acta à votação, onde foi obtido o seguinte resultado:

Votos contra – 0

Abstenções – 9

Votos a favor – 77

Sendo assim aprovada por **maioria**, com 9 abstenções

Entrando no Ponto 1 da Ordem de Trabalhos, “ Período de antes da ordem do dia”, foram abertas as inscrições para os Sócios que pretendessem usar da palavra.

Foi dada a palavra ao Associado Senhor Afonso Gomes, que cumprimentou todos os presentes, elogiando a condução da Assembleia Geral. Enalteceu a reformulação da Acta, indicando que nenhum elemento devesse ser responsabilizado pela falta de capacidade de uma pessoa que não já não se encontrava presente.

Continuou no uso da palavra, saudando as pessoas que se disponibilizaram para fazer parte da Comissão que iria ser votada, deixando votos que os interesses pessoais nunca fossem superiores aos interesses do Clube. Referiu que apesar de ser uma ação temporal, queria primeiramente elogiar a estratégia de comunicação do Clube e que mais do que dinheiro, seria necessário recuperar a ligação com a população, sugerindo que se estreitasse laços com a comunidade académica, principalmente com o Departamento de Ciências do Desporto, indicando que tem conhecimento do protocolo acerca dos estágios, mas a colaboração deve ser alargada e também procurar resolver a questão acerca da parcela dos terrenos que a Universidade da Beira Interior detém, e que com as parcerias certas podemos sonhar com uma melhoria de infra-estruturas.

Terminou a sua intervenção dizendo que há jovens capazes e que espera que esta comissão e futuras direções os chamem, de forma a formar quadros jovens e capazes, aludindo que deve existir união, e que o leão da serra apesar de estar ferido, não está morto.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral em exercício, que agradeceu as palavras que lhe dirigiu, referindo que a sua intervenção tinha sido muito positiva.

Em seguida foi dada a palavra ao Associado Professor António Vicente, que cumprimentou todos os presentes. Referiu que iria pedir esclarecimentos, para que o Clube não voltasse a cometer os mesmos erros, questionando quais os motivos para estarmos na reunião magna, e o porquê de a convocatória ter sido alterada, desde o momento em que foram marcadas eleições para este cenário, e porquê de terem sido tomadas estas decisões.

Em resposta, o Senhor Presidente da Mesa em exercício referiu que inicialmente foi feita a convocatória para despoletar um processo eleitoral, e como é de conhecimento geral, o Doutor Carlos Casteleiro pronunciou-se sobre o tema e em conjunto com alguns Associados foi solicitada uma audiência aos órgãos Sociais, reunião que decorreu respeitosamente e onde foi feita a proposta para alteração da convocatória, proposta que foi aceite por todos, referindo ainda que pessoalmente defende que deve existir uma fase transitória para que em Maio/Junho haja eleições, pelo facto de existir mais tempo para preparar projetos. Indicando que todos os órgãos Sociais estiveram representados e que houve transmissão de informação aos restantes elementos, e todos concordaram com a opção tomada.

Usou da palavra o Associado Senhor José António Pinho, que usou da palavra para questionar se existiam duas listas, ao que o Presidente da Mesa em exercício respondeu que seria o ponto seguinte

Em seguida foi dada a palavra ao Associado Senhor Paulo Rosa, que reiterou a questão efetuada pelo Professor António Vicente questionando se tinha existido a demissão de todos os Órgãos Sociais pois se isso não tivesse acontecido, não podia existir uma comissão de gestão. Pois a demissão não tinha sido publicitada nos canais de comunicação do Clube, sendo somente publicitada na Comunicação Social.

Em resposta, o Senhor João Carlos Campos afirmou que tinha havido a demissão de todos os Órgãos Sociais, e que a mesma estava lavrada em Acta por órgão.

Não havendo mais intervenções, entrou-se no ponto 1 da Ordem de Trabalhos.

Foi dada a palavra ao Associado Dr. Carlos Casteleiro, que inicialmente agradeceu às pessoas que estavam a conduzir a Assembleia Geral, pela excelência demonstrada, agradeceu ao Conselho Fiscal todo o trabalho desenvolvido e a toda a direção o esforço e a tentativa de levar o Sporting Clube da Covilhã ao melhor possível.

Referiu que os Sócios são mais importante do Clube, indicando que estando no lado dos Sócios há um tipo de conhecimento, e estando do lado interno existe outro tipo de conhecimento, afirmando que estará disponível para esclarecer todos os Sócios.

Em seguida leu o comunicado que elaborou e que teve grande repercussão nas redes sociais. Aludiu que tinha existido uma reunião com um grupo de pessoas e com os Órgãos Sociais, e que tal como o Senhor João Carlos Campos, tinha corrido muito bem, agradecendo a todos os que se tinham disponibilizado para ajudar, dizendo que o mais importante era o amor que tinham ao Sporting Clube da Covilhã.

Continuou a sua intervenção, referindo que a **presidência executiva** conta com o Dr. Carlos Casteleiro, Sr. Paulo Rosa, Dr. Vítor Mota, Senhor Carlos Mineiro e Sr. José Santos. Passando de seguida a pormenorizar as funções, de cada membro, agradecendo ainda a todos os Órgãos Sociais a ajuda prestada.

**Finanças e Controlo Orçamental:** Dr. Vítor Mota

**Legal:** Sr. Carlos Mineiro

**Área Desportiva:** Sr. José Santos, Sr. Sérgio Rebordão, Sr. Luís Canário, Sr. Paulo Fonseca, Sr. Afonso Andrade, Sr. João Carlos Campos e Sr. Francisco Rosário.

**Comunicação, Relações Institucionais e Adeptos:** Sr. Hugo Duarte

**Comercial, Marketing e Parceiras:** Sr. Paulo Farias e Sr. António Silva

**Infraestruturas e Operações:** Sr. José Santos e Sr. Luís Canário

Referiu que considera como fundamentos essenciais a competência comprovada, independência, credibilidade e alinhamento com um mandato limitado, considerando como características inegociáveis a integridade, disponibilidade, capacidade de trabalho e sentido de missão, reafirmando que a comissão é de carácter transitório e que não tenciona ser candidato a nenhum órgão social no futuro, estando a comissão pronta a transmitir a os dados aos Associados e no futuro marcar eleições.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral em exercício, que questionou se existia mais alguma proposta de comissão administrativa.

Foi dada a palavra o Associado Senhor Fausto Baptista, questionando se a área de marketing e parcerias iria mais além do permitido a uma comissão de gestão, ou se é para dar apoio à comissão de gestão, contribuindo nos actos de gestão.

Em resposta, o Doutor Carlos Casteleiro agradeceu a questão, indicando que deu a resposta afirmando que o marketing vai ser de apoio à gestão do Clube. Aludiu ainda que a comissão entende que a votação secreta para que todos possam realizar o exercício do voto de forma tranquila, sendo que a lei geral opera no país e os Estatutos que vigoram no Clube não acompanham a lei geral, mas que existindo nomes a votação, a mesma deve ser sempre secreta.

Usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa em exercício, indicando que a mesa ia preparada para votação caso existissem duas listas, mas que não se opunha à votação ser secreta.

Foi dada a palavra ao Associado Professor António Vicente, começando a sua intervenção dizendo que não se opunha à proposta apresentada, no entanto, e de acordo com os Estatutos do Clube, que sugeria também ser votada uma comissão de fiscalização, pois acreditava que as pessoas que o Dr. Carlos Casteleiro tinha escolhido eram pessoas sérias, no entanto deviam ser respeitados os Estatutos e ser aprovada uma comissão de fiscalização. Referiu ainda que os Estatutos são omissos, mas que julgava que devíamos continuar um Presidente da Mesa da Assembleia Geral e uma Mesa da Assembleia Geral para poder marcar o acto eleitoral.

Terminou a sua intervenção dizendo que para ele o que faria mais sentido seria existir uma comissão de gestão e uma comissão de fiscalização.

Usou da palavra o Associado Senhor José António Pinho, referindo que na Comissão Administrativa estão presentes o Presidente da Mesa da Assembleia Geral em exercício e o Presidente do Conselho Fiscal e Disciplinar.

Voltou a usar da palavra o Professor António Vicente, referindo o nº4 do Artigo 39º dos Estatutos, indicando que sendo que os Órgãos Sociais se demitiram, os elementos referidos pelo Associado Senhor António Pinho deixavam de ser Presidentes e que de acordo com os Estatutos, devem existir as duas comissões.

Em seguida usou da palavra o Secretário, Senhor André Oliveira que leu o nº4 do Artigo 39º, dizendo que podem ser ambas, estando explícito na redação do artigo a conjunção “ou”, referindo que na comissão proposta estão representados os dois Órgãos

Usou da palavra o Associado Doutor Carlos Casteleiro, que referiu que a questão que o Professor António Vicente tinha colocado não apresentava qualquer objeção, mas que a Convocatória era explícita, falando apenas na comissão de gestão. No entanto, sentiam-se totalmente à vontade para qualquer decisão, reiterando que os Presidentes da Mesa da Assembleia Geral e o Presidente do Conselho Fiscal se encontravam na comissão.

Usou da palavra o Presidente da Mesa da Assembleia Geral em exercício, Senhor João Carlos Campos que tendo em conta as declarações proferidas pelo Doutor Carlos Casteleiro, a questão estava resolvida mas que já tinha falado com a restante Mesa e caso necessário não existia nenhum constrangimento em ficarem num papel de “fiscalização”

Foi dada a palavra ao Associado Senhor Fausto Baptista, referindo que se os Presidentes dos Órgãos já referidos são membros integrantes da comissão, perdem o cargo, indicando que também concordava com a existência de uma Comissão de Gestão e uma Comissão de Fiscalização.

Em seguida usou da palavra o Associado Senhor Paulo Rosa, referindo que os Estatutos referem que “Se não se verificar cessação de mandato ou causa de cessação de mandato dos órgãos sociais e se, convocadas eleições, não houver candidaturas, deve o presidente da mesa da assembleia geral designar uma comissão de gestão ou uma comissão de fiscalização”, indicando que os Estatutos apresentam a conjunção “ou”, e era necessário não ter existido cessação antecipada de mandato, o que não aconteceu e também não houve marcação de eleições, pois a Mesa também pediu a demissão, não concordando com uma comissão de fiscalização, ficando o Senhor João Carlos Campos como Presidente *Adhoc*, sendo ele que vai marcar eleições. Terminando a sua intervenção que a Comissão de Gestão vai ser temporária.

Foi dada a palavra ao Associado Senhor Duarte, referindo que devemos pensar qual o contributo que cada um deu para o Clube chegar a esta situação e qual o contributo que cada um pode dar para ajudar o Clube a sair da situação e a resolver o imbróglio. Indicou ainda que existiu uma cessação de mandato, e a proposta foi negociada e caso não haja unanimidade, estamos todos a pensar mal.

Posteriormente usou da palavra o Associado Senhor José António Pinho, aludindo que conhece os Estatutos do Clube muito bem e que o Presidente em exercício continuará em exercício até nova eleição, sendo que a tradição do Clube estar representada por uma mesa, saudando as pessoas que fazem parte da proposta de comissão, reforçando que deveria ser dado um voto de confiança.

Foi dada a palavra ao Associado Senhor Fausto Baptista, voltando a referir que é a favor da comissão de gestão, mas que as coisas deviam ser realizadas da forma mais legal possível. Aludiu que houve a marcação de um acto eleitoral e por um dia a comissão não é mais legal, e havendo alteração das situações, considera este

acto ilegal, pois no seu entender, um acto legal seria marcar eleições e não aparecendo listas era então constituída uma comissão de gestão, tal como referem os Estatutos.

Em resposta, o Senhor Presidente da Mesa em exercício aludiu que se tem essa opinião, deveria ter colocado a mesma no início da Assembleia, referindo que quem ia definir se toda a conjuntura seria legal ou não seria um juiz.

Usou novamente da palavra o Associado Senhor Fausto Baptista afirmando que a cessação de mandato de todos os Órgãos devia ter sido comunicada e oficializada antes da Assembleia, e na sua interpretação o processo deveria ter decorrido de acordo com os Estatutos, seguindo um processo e não existindo a revogação da convocação de eleições.

Usou da palavra o Associado Senhor José Santos, aludindo que o Senhor Fausto Baptista tinha participado nas reuniões preparatórias, tinha dado o seu parecer favorável à comissão que agora considera ilegal e que tinha contribuído para a constituição da mesa, e que agora lhe parecia ser uma força de bloqueio.

Foi dada a palavra a palavra ao Professor António Vicente, referindo que como tinha sido ele a colocar a questão, dirigia-se ao Doutor Carlos Casteleiro, que era uma pessoa de consenso, que gostava do Sporting Clube da Covilhã, questionando se aceitava que ele propusesse uma comissão de fiscalização. Terminou a sua intervenção dizendo que solicitava que ficasse em acta que tinha apresentado uma proposta de comissão de fiscalização ao Doutor Carlos Casteleiro, e que a mesma não tinha obtido resposta.

No uso da palavra, o Presidente da Mesa em exercício indicou que não haveria mais nenhuma intervenção, se houvesse alguma ilegalidade as pessoas que fizessem o caminho nesse sentido e que declarava aberta a votação, sendo que esta iria ser secreta e decorreria por filas.

Após o apuramento dos resultados, e sendo que 5 pessoas saíram da sala antes do acto da votação, obteve-se a seguinte votação:

“Não” – 24

Votos em Branco- 1

“Sim” – 56

Sendo assim a Comissão de Gestão aprovada por **maioria**.

Foi dada a palavra ao Associado Dr. Carlos Casteleiro que agradeceu a todos a confiança depositada, prometendo saber a real situação do Clube e que irão cumprir com lealdade os pontos por ele enumerados, agradecendo à equipa que geriu brilhantemente a Assembleia Geral.

Usou da palavra a Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Geral, Doutora Daniela Fernandes referindo que para efeitos de execução imediata, iria colocar à votação a aprovação da Acta em minuta para efeitos de execução imediata, proposta aceite por unanimidade.

Não havendo mais assuntos a tratar, a sessão foi encerrada pelas vinte e três horas e trinta e cinco, da qual foi lavrada a presente acta que no fim será assinada pelos membros da Mesa que estiveram presentes.